

AS AÇÕES DO MST NAS GRANDES CIDADES E A NACIONALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA

GUILHERME MARINHO MOITA¹

1. Doutorando em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRuralRJ. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – DDAS. Orientado pelo Drº Raimundo Santos.

RESUMO: MOITA, G. M. *As ações do MST nas grandes cidades e a nacionalização da luta pela terra. Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas, Seropédica, RJ: EDUR, v.26, n.1-2, p. 87-93, jan.-dez., 2004.* Nesta dissertação, o autor descreve as ações urbanas do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) entre os anos de 1997-2000, relacionando as mesmas a nacionalização dos debates sobre a luta pela terra no Brasil ocorrida nesse período.

Palavras-chave: camponeses - política - reforma agrária

ABSTRACT: MOITA, G. M. *MST's urban actions and the nationalization of struggle of land. Revista Universidade Rural: Série Ciências da Vida, Seropédica, RJ: EDUR, v.26, n.1, p. 87-93, jan.-dez., 2004.* In this dissertation, the autor describe the urbans actions of MST (landless workers movement) between 1997-2000, connecting these actions to the nationalization of debates about to struggle for landless in Brazil happened in this period.

Key words: Peasants, politics, agrarian reform.

INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre as ações urbanas desenvolvidas pelo MST entre os anos 1997-2000, e que ilustram a clara intenção da escolha das grandes cidades como palco privilegiado para a obtenção de resultados políticos perseguidos por este movimento social. Para desenvolver o tema que nos ocupa, isto é, as ações do MST nas grandes cidades, privilegiamos o período compreendido entre 1997 e 2000 devido à consideração de dois acontecimentos principais que se deram na esteira da repercussão do Massacre de Eldorado dos Carajás (1996), e colocaram o MST como ator central: a Marcha pelo Brasil (1997) e a série de ocupações combinadas de prédios públicos (2000). Tal escolha está relacionada ao fato de que, neste período, a questão agrária voltou a ocupar espaço privilegiado nos mais variados debates ocorridos no país após décadas de recolhimento. A chamada Marcha pelo

Brasil (1997) será o primeiro momento, que é apontado, tanto pelo MST quanto pela bibliografia, como o evento de máxima visibilidade na grande imprensa. Inclusive a importância desta ação já foi constatada por pesquisas de opinião que foram feitas na ocasião da marcha e que apontam o auge da popularidade do MST no ano de 1997. O segundo momento apresenta-nos uma variedade de atividades desenvolvidas pelo MST que foram os atos simultâneos de ocupações de prédios públicos em maio de 2000. Estas ações confirmam a importância dada às grandes cidades nas ações políticas do MST. Como veremos no decorrer desta dissertação, existe o reconhecimento por parte de vários dirigentes do MST de que “a reforma agrária se conquista na cidade”, considerando o valor dessa área estratégica onde hoje vivem cerca de 80% da população. As referidas ações combinadas se deram por grande parte do território nacional. Tivemos aí o momento

de maior polarização entre as posições defendidas pelo MST, de um lado, e as da grande imprensa e do governo, por outro. Observamos inclusive o posicionamento reservado (e até contrário) entre muitos setores que tradicionalmente vinham apoiando o MST, tais como intelectuais, partidos políticos e outros movimentos sociais. Iniciamos a dissertação com alguns comentários sobre os debates relacionados com a questão agrária no Brasil e as idéias de diferentes estudiosos sobre o tema da ação política no campo. Para tal, consideramos a interpelação de dois intelectuais apontados com frequência pela bibliografia como autores-chave para estudar a relação entre o pensamento social e a ação política no campo, com especial destaque para a forte ênfase que esta relação tem quando o primeiro é posto numa perspectiva marxista, como a que orientaria os setores mais ativos nas mobilizações agrárias brasileiras (Santos, 2001). Em primeiro lugar, utilizamos Caio Prado Júnior e sua interpretação da constituição do Brasil como uma fazenda mercantil, frente à difundida tese pecebista dos "restos feudais". Acentuamos sua postulação sobre a importância dos grupos de assalariados rurais e do sindicalismo rural (Santos, 2001). Posteriormente, convocamos José de Souza Martins e sua contribuição nas análises da modernização do campo brasileiro, apontando a união entre o latifúndio e o grande capital, acentuada a partir de 1964, como o dado principal a ser levado em conta numa nova visão sobre o mundo rural brasileiro. A importância de Martins nos nascentes movimentos de trabalhadores rurais que iriam, dentre outros fatores, culminar na formação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), este apontado por uma vasta bibliografia como o ator coletivo mais atuante e influente da mobilização agrária posterior ao fim da ditadura militar. Passada as fases de contextualização em relação a nosso objeto de es-

tudo, entramos na parte empírica. Nesta seção, procuramos obter alguns dados e descrever alguns traços das ações do MST, partindo do espaço que as mesmas ocuparam na grande imprensa, em razão das orientações gerais desta dissertação que considera que a expansão dos debates agraristas entre 1997 e 2000 partiu da movimentação do MST.

MATERIAL E MÉTODOS

Foram pesquisados dois jornais de circulação nacional: *Folha de São Paulo* e *Jornal do Brasil*. Neste momento, o leitor deve estar indagando os motivos que nos levaram a escolha de dois grandes veículos da imprensa em nossa pesquisa. Levamos em conta a sugestão gramsciana de que os movimentos agrários têm mais sucesso quando organizados como corrente de opinião; da idéia de Fernandes de nacionalização dos debates relacionados com a luta pela terra e a consideração de Gohn sobre a política contemporânea como espetáculo. Utilizamos a grande imprensa como fonte documental para avaliação da amplitude das ações urbanas do MST e sua capacidade de gerar fatos políticos. O espaço que a chamada grande imprensa destina às ações do MST pode ser apontado como um indício da marca de sua presença nas cidades. Assim como Azevêdo (1981: 99) apontou os registros da imprensa conservadora à época das Ligas Camponesas como uma constatação do começo do fim da exclusão política do campesinato e do rompimento da suposta "paz agrária", desse mesmo modo, em nosso período, podemos considerar a ressonância do protagonismo do MST através do espaço por ele ocupado na grande imprensa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O que inicialmente chama a atenção

é a quantidade de ações realizadas pelo MST em comparação com outros movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos classistas, centrais sindicais, movimento estudantil, etc. Com relação ao número de ações urbanas listadas, podemos observar que as mesmas são relevantes e numerosas em todas as regiões, havendo uma concentração delas, pelo menos nas grandes metrópoles. Tivemos, de 1997 a 2000, listadas, respectivamente: 40, 80, 38, 81 ações. Mencionamos o fato de que muitas das ações citadas ocorrem de forma simultânea em várias cidades de uma mesma região ou em diferentes cidades do território nacional. Um exemplo de tais ações foi o protesto *Abra o Olho Brasil*, promovido por partidos de esquerda, CUT, UNE, MST, entre outras agremiações políticas. Como já afirmamos, além das ações realizadas simultaneamente em diversos pontos estratégicos do país, também temos o que aqui denominamos ações combinadas intra-regionais. Elas ocorrem apenas nas regiões sul do país e no estado de São Paulo, sendo esse um dos fatores que atestam a maior estruturação do MST em tais pontos do país. Os estudos de Gohn trazem a consideração da política como espetáculo para se referir à utilização da subjetividade como método de luta. Neste quadro, é de suma importância o entendimento do espaço ocupado pelo MST na grande imprensa (como veremos adiante) como um dos dados que destacam a eficácia de seus métodos de ação. Como estratégias de ação no intuito de se tornar um ator político importante, poderíamos apontar a conciliação de práticas formais de atuação política (assembleias, congressos, cursos de formação, encontros com autoridades, etc.) com tipos de ação menos formais (ocupações de prédios públicos, marchas, acampamentos em praças públicas, etc.) desenvolvidas nas ações do MST. Alguns autores apontam para aspectos que, combinados, contribuíram para um significativo avanço na popularidade do MST. No plano

“externo” às ações diretas do MST que levaram a esse prestígio temos: o massacre de Eldorado dos Carajás (1996) e a novela o Rei do Gado (1997). No que se refere às ações diretas empreendidas por esse movimento social, teríamos, segundo aquela autora, a centralidade dada a valores sócio-culturais e “a política como espetáculo, num mundo globalizado pela mídia segundo notícias rápidas, espetaculares, de pouco conteúdo informativo e muitos efeitos especiais” (Gohn, 2000: 139-140). A propósito da marcha de 1997, a citada autora considera que, como espetáculo, tais ações devem considerar um “palco” destacado, a forma como seguir a caminhada (em colunas) e as cores das camisas e dos bonés. Citando Gohn: “A estratégia de mobilização considerou como um dos pontos-chave as imagens a serem captadas da manifestação pela mídia, principalmente pelas redes de televisão, que seriam transmitidas para todo país e, às vezes, para o exterior” (Gohn, 2000: 140). Neste processo de politização da luta pela terra, temos as grandes cidades como o palco por excelência de atuação do MST. Apesar de não se constituir por si só um elemento inovador na atuação política dos trabalhadores rurais – o próprio MST aponta as Ligas Camponesas como sua inspiração do passado, pois na sua época elas buscaram solidariedade no espaço urbano – as formas com que as grandes cidades são utilizadas pelo MST podem ser apontadas como principal inovação trazida com suas ações. Essas “novas formas” de luta são, como tentaremos ilustrar na dissertação, uma espécie de batalha cultural e privilegiam espaços de maior visibilidade. Podemos relacionar isso com a afirmação de Castells, segundo o qual: “As batalhas culturais são as lutas pelo poder na era da informação”. Neste sentido, os movimentos sociais representam os sujeitos potenciais do que Castells denomina *era da informação*. Pois, os mesmos, “fornecem os novos códigos nos quais as sociedades podem ser repensadas e restabelecidas” (Castells,

1998: 44). Então, a atenção destinada às ações que tenham possibilidade de adquirir ressonância na grande imprensa pode ser apontada como uma resposta à organização em rede do capital, trazido com o que Harvey (1989) denominou *compressão espaço-temporal*. Neste contexto, o MST poderia ser classificado como esse tipo de movimento social da *era da informação*, na medida em que sua atuação política é alimentada pela busca da identidade política. Citando Castells: "Tal busca, é tão poderosa quanto a transformação econômica e tecnológica no registro da nova história" (Castells, 1998: 24).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com nossa pesquisa sobre as ações do MST verificadas nas principais metrópoles nacionais e regionais e, ainda, em alguns pólos regionais, como o Pontal do Paranapanema, tivemos condições de associar sua atuação urbana a nova colocação que a reforma agrária vem tendo nos últimos tempos. Essa associação nos traz a idéia da espacialização da luta pela terra proposta pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes. Tendo se originado no sul do país, os métodos de ação do MST expandiram-se para todas as outras regiões, embora tenha se especializado mais em umas do que em outras. Ainda que nossa pesquisa indique registro de eventos em todas as regiões do território nacional, ela também nos mostra aquelas áreas nas quais o movimento possui uma maior estruturação: a região sul e o estado de São Paulo. O número considerável de ações simultâneas em tais regiões é o principal dado oferecido por nossa pesquisa para ilustrar tal processo de concentração. Podemos perceber no período estudado, que as ações do MST deram destaque central a temas ligados à esfera política. É o que sugere um pouco as cidades escolhidas, os temas variados

e as declarações dos líderes. Todos esses fatores atestam a tentativa da busca da quebra do isolamento político dos trabalhadores rurais e a inserção do tema agrário nos grandes debates nacionais. A variedade de meios usados para inserir o MST nesses debates mais amplos da sociedade (privatizações, transgênicos, etc.) demonstram a constante preocupação do movimento com o alargamento do horizonte da luta pela reforma agrária e o reconhecimento de que o MST já se constitui um ator político relevante no cenário nacional. Neste sentido, também podemos dizer que, em nossa interpretação, os valores subjetivos e culturais são utilizados nas atuações do MST como métodos estratégicos visando atingir objetivos políticos gerais. Além disso, poderíamos dizer que, à medida que o MST amplia sua atuação nas grandes cidades, diminui a influência de setores ligados à Igreja Católica. Embora continuem a se constituir como um dos seus mais importantes aliados, os setores religiosos têm menos peso no movimento, à medida que este se firma como ator político no cenário nacional. No caso da luta pela terra, o que aqui denominamos como sua politização no MST, possui três aspectos principais. Em primeiro lugar, temos a problemática emergencial e própria da existência do MST, que aqui chamamos de "social puro". Temos também os temas ligados à violência urbana e a degradação social nas grandes cidades. O terceiro aspecto estaria relacionado à qualidade alimentar e aos problemas ecológicos. Todos esses temas nos fazem chegar à conclusão de que tais ações políticas nas grandes cidades constituem nítidas tentativas de alargamento do leque de debates relacionados com a luta pela terra. Temos apresentadas, ao lado dos argumentos de "500 de exploração social", questões relacionadas ao agravamento da violência urbana, à opressão feminina, etc. Em suma, essa busca da quebra do isolamento político dos trabalhadores e

trabalhadoras rurais segue uma tradição iniciada pelo PCB e pelas Ligas Camponesas, sendo o MST uma experiência que estaria mais próxima da articulação de elementos ligados à tradição dos movimentos sociais agrários no Brasil com as novas formas de atuação trazidas pelos *Novos Movimentos Sociais*. Percebemos, então, que a atuação do MST não se restringe a concepções apenas corporativas, nem mesmo à institucionalização das mesmas, como são as práticas dos chamados movimentos sociais formais. A própria rotatividade das diferentes formas de coordenação e a não-existência de um presidente, por exemplo, são alguns traços que distinguem o MST das Ligas Camponesas. Nas próprias declarações dos principais líderes do movimento são citados os vários ensinamentos com as lutas passadas, inclusive a importância do MST não ter um presidente e todas as instâncias de direção serem rotativas para que não existam líderes visados demais (Stédile: 1998). Neste sentido de continuidade e novidade, também podemos dizer que, para o MST, a política não é entendida apenas nas negociações com os poderes constituídos por meio das vias institucionais (deputados, senadores, etc.), mas também, e, sobretudo, eventos em que existam atos de desobediência civil: ocupações de prédios públicos ou de bancos, obstrução de estradas, liberação de pedágios, destruição de lavouras geneticamente modificadas, etc. Tais atos nos fariam interpretar as ações do MST como nítidas tentativas de alargamento do conceito de política no país. Segundo Bruno Konder em recente dissertação, este conceito de política no país ainda está muito preso à concepção de passividade das classes subalternas – sobretudo as do campo, e conseqüentemente de delegação de poderes (Konder: 2000). Diferente da idéia de camponês da época de Julião, o próprio Stédile entende que a noção de “trabalhador rural”, para o MST, também transmite essa tentativa de alargamento

dos agentes lutadores por políticas de reforma agrária, além de nos trazer uma das diferenças em relação a seu principal inspirador: as Ligas Camponesas. Citando Stédile: ‘Não necessariamente trabalhador rural significa ser camponês ou agricultor (...) se todas as pessoas, independentemente da sua profissão – veterinário, agrônomo, economista, motorista da cooperativa, pequeno agricultor – trabalham no meio rural e se o resultado do trabalho de cada um será distribuído entre todos, todos são trabalhadores rurais’ (Stédile e Fernandes, 1999: 111).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Avritzer, L. *O MST e a ordem democrática no Brasil*. Conjuntura política, jun. de 2000. In <http://cevep.ufmg.br/bacp//agosto021/avritzer021.htm>.
- Azevêdo, F. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- Bogo, A. Cadernos de Formação do MST, número 26. A Vez dos Valores, 1998.
- Cadernos de Formação do MST, número 27. Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo. São Paulo: MST, 1998.
- Caldart, R. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- Camerman, Cristiano. “Terra de trabalho e terra de exploração (comentários ao documentado da CNBB: Igreja e problemas da terra, Itaici, 1980). In Mathias M. Lenz (coord.). *A Igreja e a propriedade da terra no Brasil*, São Paulo: Loyola, julho de 1980.
- Carvalho Costa, Luiz Flávio e Santos, Raimundo. *Política e reforma agrária*, Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1998.

- Castells, M. A Era da Informação: economia, sociedade e agricultura, São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- Cunha, Altivo R. A de Almeida. *Qual a questão que suscita a reforma?* cev-ep.ufmg.br/bacp/junho019/cunha019.htm, junho de 2000.
- Fernandes, B. M. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *Formação e Territorialização do MST*. São Paulo: Ed. Hucitec
- Gonh, M. G. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- Gramsci, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988 6a ed.
- _____. *El Risorgimento*. Granica, Buenos Aires, 1974.
- Guimarães, Juarez. *Os sem-terra e a democracia: em torno de uma polémica*. cevep.ufmg.br/bacp/agosto021/juarez021.htm, agosto de 2000.
- Martins, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. *Entrevista a João Pedro Stédile*. In Stédile (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1998a
- _____. *O poder do atraso*. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981a.
- _____. *Reforma Agrária. O Impossível Diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000b.
- _____. "Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil". In *Expropriação e Violência (a questão política no campo)*, São Paulo: Hucitec, 1980c.
- Medeiros, Leonilde. "Sem Terra", Assentados", *Agricultores Familiares": considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros*. Mesa redonda: "Movimentos Sociais Rurais", Clacso, Porto Alegre: 1999.
- Navarro, Z. *MST: decifrar é preciso*. Mimeo, 2000.
- Perrot, Michele. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- Petras, James. *Os Camponeses: uma nova força revolucionária na América Latina*. In Stédile, Petrópolis: Vozes, 1997.
- Prado Jr., Caio. *A Revolução brasileira*, São Paulo: Brasiliense, 1966.
- _____. *Formação do Brasil contem-porâneo*, Brasiliense, São Paulo, 1942.
- Santos, Raimundo. *Camponeses e democratização no segundo debate agrarista*. In Da Silva, Santos, Costa. Rio de Janeiro, 1998.
- _____. *Caio Prado Jr. na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad / Faperj, 2001.
- _____. "O agrarismo brasileiro na interpelação de Caio Prado Jr.". In Carvalho Costa e Santos (orgs.) *Política e reforma agrária*, Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1998b.
- Sodré, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962 (esp. "O Fenômeno da Regressão Feudal", in: Santos, Raimundo (org.). *Questão agrária e Política – Autores Pecebistas*. Seropédica: Edur, 1996).

Moita, G. M., *et al.*

Stédile, J. *A luta pela reforma agrária e o MST*. In Stédile, Petrópolis: Vozes, 1997.

Stédile, J. e Fernandes, B. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.